CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES E DA LEITURA BÍBLICA NÃO CONFSSIONAL NA EDUCAÇÃO PARA A PAZ*

Hiran Pinel**, Herberth Gomes Ferreira***, Joilson de Souza Toledo****

Resumo: *neste artigo abordaremos a tolerância entre seculares e religiosos na esfera pública e a literatura bíblica não-confessional como ferramenta para a prática cotidiana na busca pela tolerância. Partimos do entendimento das Ciências das Religiões e da leitura bíblica não-confessional como prática positiva para a superação da violência e busca pela tolerância entre seculares e religiosos. Nesse viés, tendo o Estado como agente protetor de seus consorciados no convívio da esfera pública comum, espera-se, com isso, apresentar caminhos e propostas para a prática do espírito democrático e para a busca de relações possibilitadoras do debate racional e da boa convivência entre as pessoas.*

Palavras-chave: *Seculares. Religiosos. Tolerância. Educação para a Paz.*

O presente texto pretende abordar as Ciências das Religiões e a leitura bíblica como prática positiva para a superação da violência e divergências entre as pessoas. O caminho metodológico será também diverso, mas com um fim bem definido. Nesse sentido, nosso estudo irá buscar na pesquisa bibliográfica as fontes de leitura para a sustentação epistemológica e as teorias que servirão de guia pensar sobre a questão. Este trabalho traz dois movimentos como pano de fundo: de um lado, a questão religiosa vista sob o prisma das ciências das religiões e demais ci-

* Recebido em: 17.01.2019. Aprovado em: 01.08.2019.

** Pós-Doutor em Educação (FAE da UFMG). Doutor em Psicologia (IP/USP). Mestre em Educação (PPGE/UFES). Bacharel e Licenciado Pleno em Psicologia. Professor da UFES. *E-mail:* hiranpinel@gmail.com.

*** Doutorando em Educação (PPGE-UFES). Mestre em Ciências das Religiões (Faculdade Unida de Vitória). Graduado em Serviço Social e licenciado em Filosofia. *E-mail:* herberthgf@yahoo.com.br

**** Mestre em Ciências da Religião (PUC Goiás). *E-mail:* mistagogo@yahoo.com.br

ências que estudam a religião como fenômeno. Tenta trazer aqui os pontos de possibilidades de busca para a paz no campo dos estudos da religião. De outro lado, o ensino religioso e a leitura bíblica como fonte de inspiração para debater a paz entre as pessoas. Aqui a prática da educação entra no bojo do debate tendo em vista o ensino religioso como disciplina curricular. O pano de fundo desse movimento é a perspectiva do Estado como mediador. É o Estado quem poderá melhor direcionar suas políticas públicas em busca da promoção da paz entre seus consorciados.

Com base nessa proposta inicial, o caminho metodológico escolhido terá como horizonte fenomenal: (a) lançar luz sobre o campo abrangente da questão que envolve as diferentes ciências que estudam o fenômeno religioso, nesse caso, as ciências das religiões que, no campo acadêmico, busca compreender diferentes aspectos de sua manifestação; (b) abordar as querelas entre os religiosos e seculares, tendo o Estado como agente protetor desses grupos, ao mesmo tempo, como agente que deve tolerar as questões subjetivas de seus cidadãos. Nesse sentido, inspirados em Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão que ajudará a compreender a questão da tolerância sob a ótica da democracia, racionalidade, tradução de falas e respeito à integridade das pessoas; (c) na sequência é abordado o debate das múltiplas leituras dos textos sagrados, tidos como de revelação para os religiosos.

Nesse sentido, é preciso olhar as escrituras não apenas como princípio unificador de determinado grupo, mas, também, como fonte práticas políticas e de tolerância entre as pessoas, pois, sendo a religião parte do imaginário social e da formação do *ethos* de um povo, não há porque abandonar o princípio da pluralidade entre as diferentes visões de mundo, tendo em vista a pluralidade de manifestações religiosas e de escrituras tidas como sagradas para muitas pessoas. Por fim, faremos nossas conclusões preliminares, mas não conclusivas sobre esse tema que é para nós complexo.

Diferentes autores irão colaborar para a proposta aqui apresentada. Cada qual, a sua maneira, lançará luzes sobre cada espectro religioso e sobre cada horizonte de busca para a paz. Os assuntos aqui abordados são complexos, de uma multiplicidade de questões específicas para serem tratadas e que não poderão ser debatidas em tão pouco espaço. A religião toca no íntimo de cada sujeito. Quando em coletivo, pode unir multidões em favor da comunhão entre pessoas ou pode desencadear uma guerra quando tratada de forma malograda.

Espera-se com este artigo lançar algumas questões para debates futuros. Todavia, sabe-se que não se pode olhar toda a complexidade aqui abordada sobre um só prisma ou aspecto. Ciência ou Ciências das Religiões, literatura sagrada, as múltiplas relações intersubjetivas entre as pessoas, práticas confessionais e não confessionais, o papel do Estado e do Ensino Religioso na educação, são temas que se entrelaçam e que poderão de alguma forma ajudar as pessoas a se

verem dentro de suas diferentes relações e, ao mesmo tempo, poderá contribuir para com que o Estado possa estar sempre atento à sua própria atuação como agente protetor e tolerante frente aos seus consorciados.

A QUESTÃO RELIGIOSA COMO PROPOSTA DE DEBATE: UMA PEQUENA PROBLEMATIZAÇÃO

Difícilmente o mundo poderá encontrar caminhos de convergências em busca da paz entre os povos se não levar em conta a religião e sua influência na formação do *ethos* cultural de um povo. Não à toa o pensador suíço Hans Küng já alertava para a necessidade de buscar a paz entre as religiões como uma questão de sobrevivência da humanidade (KÜNG, 1993). No campo das religiões de inspiração de revelação escrita, surgiram grandes movimentos religiosos mundiais que buscam suas inspirações em seus textos bíblicos. Nesse sentido, encontrar pontos de diálogos entre essas religiões, tendo em vista as diferentes leituras bíblicas e concepções divergentes entre elas, é um desafio para a paz mundial.

Muitas são as abordagens da questão da religião e seu papel na formação de subjetividades e do *ethos* coletivo de um povo. As ciências das religiões ou ciências da religião ou ainda ciência das religiões (USARSKI, 2007, p.9-10)⁵ têm tomado os espaços de debate nas academias e discussões que envolvem o amplo espectro religioso como um todo. Nesse sentido, diferentes ciências⁶ entram nesse bojo com suas contribuições e perspectivas sob um olhar específico de cada saber no trato com o fenômeno religioso e seus desdobramentos no cotidiano do sujeito e nas relações com a cultura, política, formação moral, etc. Assim, as manifestações dessa dimensão são muitas e os resultados das pesquisas nessa seara são diversos. Assim, o fato é que a religião por si só já mostra que ela é algo dado, está presente no cotidiano das pessoas e perpassa as relações intersubjetivas e constitutivas da e na esfera pública. Dessa forma, a religião é uma constatação, está presente no mundo subjetivo e objetivo dos sujeitos, está presente no campo cultural formador (mas não determinante) da subjetividade,⁷ e, por esses motivos, é algo passível de investigação científica.

Nesse sentido, a questão bíblica se coloca como possibilidade de objeto de estudo pelo olhar de muitas ciências, ao mesmo tempo, se mostra como um problema ambíguo: de um lado pode ser utilizada como divisor de águas entre seculares e religiosos ou mesmo entre os próprios religiosos; por outro lado, como instrumento que colabora na busca para a promoção da paz e da tolerância entre diferentes grupos e situações. Nessa linha, a produção acadêmica também não pode se desvencilhar de sua responsabilidade social, de produzir investigações que contribuam no fortalecimento da cidadania, do convívio com os diferen-

tes, investigando na esteira da religião e das diferentes relações entre sujeitos, às possibilidades que levam à promoção de uma cultura de paz.

Nas difíceis relações entre as pessoas no cotidiano da esfera pública, onde, cada qual, traz suas visões de mundo, o Estado passa a ser o tutor do manejo das bases normativas na busca pelo melhor convívio entre esses grupos. A bíblia aparece como fonte de inspiração para diversos grupos religiosos, cada qual com seus pressupostos e fundamentos constitutivos de seus mundos metafísicos. Fazendo um recorte, pautando-se na bíblia sagrada judaico-cristã, é possível pensar como utilizá-la como instrumento para a promoção da melhor convivência entre as pessoas.

Dessa forma, o debate público tem mostrado que os textos sagrados podem tanto promover tolerância, respeito e convivência, quanto o preconceito, o ódio e o não diálogo, dependendo da forma como são lidos, interpretados, manuseados ou da hermenêutica empregada, construindo, assim, os conceitos e pré-conceitos atribuídos por cada leitor. Assim, tendo em vista seu viés político, pois toca no interior do sujeito e ao mesmo tempo projeta seus anseios para o espaço público, a leitura bíblica pode servir como espaço para debater os diferentes anseios à luz da compreensão desse ser-no-mundo, imbuído em sua “natureza espiritual” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 118) das relações cotidianas.

Nesse viés, a leitura bíblica que traz em seu bojo os religiosos e de sobejo os seculares, pois esses convivem no mesmo campo relacional, no mesmo espaço constitucional, como sendo um tipo de associação entre pessoas sob o mesmo fim. Cabe então às ciências que estudam a religião como um fenômeno considerável, abrir-se para uma proposta política em busca pela paz entre os diferentes sujeitos e suas diferentes formas de conceber o mundo. A academia pode analisar e devolver às pessoas uma leitura *pacificada* sobre aquilo que une sujeitos, mesmo sobre diferentes visões de mundo.

Dessa forma, pode-se pensar numa junção entre as diferentes ciências que formam o bojo das ciências que estudam o fenômeno religioso e, como contrapartida, a leitura bíblica não religiosa. Ambas na busca por um horizonte não-conflitivo e pela busca por espaços de resistências e formação de bases políticas comuns que possam atender aos diferentes sujeitos. Para isso, é salutar buscar compreender esse mundo complexo e muitas vezes antagônico. Mesmo que esse fenômeno seja por si só difícil de definir. Conforme se vê na própria busca por um estatuto epistemológico abrangente (FILORAMO; PRANDI, 1999, p. 16-20). Tendo em vista o que foi apontado brevemente acima, são notórios os desdobramentos do campo investigativo da religião como um fenômeno social que pode envolver os estudos das ciências das religiões, o ensino religioso como prática de leitura bíblica não confessional e a participação do Estado como agente mediador, evitando conflitos entre seus cidadãos e propositores de políti-

cas públicas que possibilite a paz entre as pessoas. Esse embate não se limita apenas entre os seculares e religiosos, pois há a disputa por hegemonia entre os próprios religiosos que, na queda-de-braço doutrinário ou confessional.

Não se pode negar o campo conflitivo e delicado no trato com a questão religiosa. Não à toa o próprio Kant (1724-1804) teve que recuar (FERREIRA, 2015, p. 75-88) suas três críticas⁸ frente à pressão política que sofreu no período de governo de Guilherme II, para não sofrer as consequências de um possível mal-entendido. Vejamos nas páginas seguintes os desdobramentos desse prisma.

SECULARES, RELIGIOSOS E O PAPEL DO ESTADO: UMA PERSPECTIVA HABERMASIANA EM BUSCA DA TOLERÂNCIA NA ESFERA PÚBLICA.

Com o desenvolvimento da vida moderna e com o processo de secularização ou o “estranhamento do mundo” (WEBER, 2004, p. 34-5), já anunciada por Weber (1864-1920), a religião teve que ganhar espaços nas discussões do Estado, pois foi preciso compreender melhor as múltiplas relações existentes entre fé, religião e o mundo da vida. Assim, também, com o advento do movimento liberal, trazida pelos desdobramentos da Revolução Francesa, o direito à liberdade trouxe no bojo de suas problemáticas o direito de culto e do não culto, ou seja, no bojo das querelas nas relações políticas da modernidade, quem quisesse praticar suas reverências ao seu sagrado teria, agora, que conviver com aqueles que não viam mais o sagrado como fonte de inspiração para a vida. Disso, a disputa entre religiosos e seculares vieram às consequências máximas.

As consequências dessas disputas são mostradas de sobejo, aos montes nos livros de história. Nessa esteira, se por um lado os religiosos precisaram abrir mão de suas bases metafísicas para poderem ser ouvidos e se comunicarem na esfera pública de forma que todos pudessem entender seus anseios. De outro lado, os seculares precisaram revisar suas críticas no sentido de reconhecerem nos religiosos a possibilidade de levantarem contribuições importantes para a constituição de projetos comuns na esfera pública.

Dessa forma, a religião passou a ter maior atenção na esfera pública em dois sentidos: (i) ela passou a ser parte importante para o Estado, como instrumento para aglutinar pessoas em torno de algo comum; (ii) ela passou para o conjunto da jurisdição do Estado como forma de não só submissão às leis, mas, também, como colaboradora na formação das bases normativas que regulam o convívio social e sustentação da democracia moderna.

Nesse sentido, a interferência do Estado passou a ser de postura de tolerância, de atuar àqueles que, de alguma, forma cultivam uma determinada religião, como pretendeu Locke em sua “Carta sobre a Tolerância” (LOCKE, 1965), para algo

que passou a ser o que é conhecido hoje, ou seja, um Estado apaziguador das disputas entre grupos religiosos e não religiosos. Ao mesmo tempo, o Estado passa a ter que exigir, por lei, que esses (religiosos e seculares) não “perturbem” o Estado em suas funções. Daí o termo atual “tolerância,” que engloba à outras questões como a formação dos direitos humanos, o conceito de humanidade, respeito entre povos, etc. Assim, na compreensão de Habermas (1929), uma sociedade moderna, pluralista, urbana e democrática, pela qual muitos recorrem à justiça pelos seus direitos a tolerância, o Estado não pode admitir exclusões entre os seus, pois contrariaria a própria estrutura da democracia moderna (HABERMAS, 2007, p. 281).

Nesse sentido, uma sociedade moderna é aquela que admite os limites das relações plurais, dando aos seus consorciados a tolerância em sua forma abrangente. Ou seja, todos devem abrir mão de seus egos, assim também o Estado, para que possa haver a melhor convivência possível na esfera pública sem que algum cidadão seja excluído por ser religioso ou de postura secular⁹. Mais ainda, o Estado deve adotar um olhar sobre o prisma da religião como algo que está presente no cotidiano social¹⁰ e que, para isso, as diferentes ciências precisam criar pontes entre o acessível (mundo da vida) e o possivelmente inacessível (campo metafísico) (HABERMAS, 1987, p. 74-5). Um tipo de superação ao que propôs John Locke (1965) em sua *Carta Sobre a Tolerância*.

Aqui, cabe ressaltar, ainda, o aspecto do reconhecimento em Habermas, ou seja, para o pensador alemão, todos devem ser reconhecidos como membros em torno de um *ethos* constitucionalmente constituídos por todos, sem discriminação (HABERMAS, 2007, p. 299). O fator que predomina nessas relações entre sujeitos que estão sob a tutela das bases normativas de um mesmo Estado é o bom uso da racionalidade. A tolerância entre seculares e religiosos passa pela garantia de direitos de se manifestarem racionalmente entre si nas esferas públicas, por meio de mecanismos de traduções de falas. Dessa forma, espera-se que todos possam entender e ser entendidos na manifestação de seus anseios, ao mesmo tempo, poder validar (ou não) aquilo que for estabelecido como universalmente aplicável entre seus consorciados de forma factível e objetivo. Na visão de Habermas, só assim é possível pactuar o papel laico do Estado, ao mesmo tempo, contribuir com a facticidade dos mecanismos de tolerância entre os cidadãos.

Assim, abrindo o leque da questão, a tolerância entre sujeitos precisa passar por atualizações na base ética e moral de um povo. Isso por que, para o pensamento de Habermas, a base moral e ética de um povo está carregada de pressupostos religiosos (mesmo para os seculares¹¹). Por isso é preciso garantir um espaço aberto à pluralidade e respeito mútuo, para que diferentes sujeitos, imbuídos de suas diferentes perspectivas e visões de mundo, garantido a questão da tolerância entre esses diferentes sujeitos, possam conviver pacificamente. Seja

no convívio entre os religiosos, ou entre os religiosos e os não-religiosos, ou mesmo, na relação entre esses e o Estado.

LITERATURA SAGRADA E IMAGINÁRIO SOCIAL: ELEMENTOS PARA SE (RE) PENSAR O SAGRADO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ

A vida, e esta vida e não simplesmente o “além” dela, é um ponto central para as religiões. A convivência, a relação entre as pessoas é um ponto significativo para a maioria das tradições religiosas. De uma forma ou de outra a paz ou a educação para a paz aparece nas tradições religiosas. O estudioso da Literatura Sagrada das Religiões, Valmor da Silva, na introdução de um artigo sobre pesquisa bíblica intitulada *Religiões e a preocupação com a vida*, argumenta que:

A preocupação com a vida é central em todas as religiões. As religiões existem, de certa maneira, para dar sentido à existência humana [...] Para além da vida individual, as religiões são convidadas, hoje, para uma orientação mais clara em favor da vida, para superar a pulsão para a morte que ameaça até mesmo a vida do planeta (SILVA, 2015b, p. 203).

Um dos caminhos para acessar esta contribuição das religiões a favor da vida é reconhecer como isto se dá dentro de suas literaturas sagradas. Por isso, as ciências das religiões, na pesquisa sobre o fenômeno religioso, têm investigado, também, a literatura sagrada das religiões por reconhecer os textos sagrados das comunidades religiosas “como representação do [ser-no-] mundo” (RICHTER REIMER, 2008b, p. 44; RICHTER REIMER, 2012, p. 241). Estes fundamentam e expressam práticas, trajetórias de vida e visões de mundo que devem ser levadas em consideração no cotidiano de cada pessoa em suas práticas intersubjetivas no cotidiano da vida.

Assim, ao ler a expressão “Literatura Sagrada das Religiões”, alguém pode se perguntar o que estaria por traz dessa expressão e que textos se enquadrariam em tal categoria. A literatura sagrada de um povo ou comunidade tem uma profunda influência sobre suas práticas políticas e escolhas individuais, pois, segundo Armstrong (2007, p. 8):

Elas investiram esses Escritos com o peso de suas aspirações mais elevadas, esperanças mais extravagantes e medos mais profundos, e, de forma misteriosa, os textos lhe deram algumas coisas de volta. Leitores encontraram nesses escritos algo semelhante a uma presença que os introduz a uma dimensão transcendente.

Nesse sentido, segundo Armstrong (2007, p. 10), “documentos tornaram-se ‘Escrituras’ não porque eram considerados divinamente inspirados, mas porque, de início, as pessoas começaram a tratá-los de maneira diferente”. Assim, Silva (2004b) também concorda que o valor que a comunidade atribuiu que faz com que um texto possa ser abordado como Literatura Sagrada. Nessa perspectiva, Silva (2004a, p. 92-93; 2004b, p. 98-9) aponta que estes livros sagrados têm por pontos comuns: poderem ser considerados de origem divina; de caráter inviolável, canônico (SILVA, 2004a, p. 92-93) e imutável; o fundamento permanente das religiões; darem margem para uma literatura complementar.

Sobre as posturas intolerantes, Armstrong (2007, p. 11) argumenta que algumas das autoridades bíblicas mais importantes insistiram que a caridade e a postura política devem ser os princípios norteadores da exegese. Assim, “qualquer interpretação que disseminasse ódio ou desdém era ilegítima”. Nesse viés, Silva (2004a) elenca uma série de textos que são considerados sagrados pelas comunidades religiosas, como por exemplo: Vedas para os Hindus; Tipitaka para os budistas; bíblia hebraica para judeus; bíblia cristã para os cristãos; o evangelho segundo o espiritismo para os kardecistas; alcorão para os muçulmanos. Contudo, não podemos perder de vista a existência de narrativas sagradas entre as comunidades indígenas e afros, que também têm suas literaturas sagradas.

Dessa forma, numa sociedade plural a proximidade de pessoas com outras narrativas, outros textos sagrados é cada dia maior. A deslegitimação da visão de mundo de outros para ratificar uma sensibilidade religiosa não favorece a construção de uma cultura de paz. As ciências das religiões podem ser uma contribuição para a sociedade ao apontar uma aproximação dos textos que conviva com outras interpretações.

No respeito à pluralidade religiosa convém às instituições religiosas proverem metodologias e processos que contribuam para “desconstruir e reconstruir imagens do sagrado, presentes nos textos e na história da interpretação” (RICHTER REIMER, 2008a, p. 5), levando em conta as múltiplas relações entre os sujeitos na busca pela construção do *ethos* comum que os mantém unidos. Já que a leitura realizada pelas igrejas é fator de construção de “jaulas” e “janelas” que podem aprisionar ou possibilitar a experiência do sagrado, com base no que os textos originalmente pretendiam possibilitar.

Dentro desta perspectiva que nos apresenta Richter Reimer encontramos uma contribuição para fortalecer/reforçar leituras de textos sagrados que contribuam para educação para a paz. O fomento de interpretações que incentivem o convívio e a tolerância. Desta forma, dialogando com aportes da história cultural a leitura bíblica, se levada à ação política dos que nela se inspiram, poderia, também:

Contribuir na construção de elementos teóricos para a compreensão de textos e imagens como formas de representação de mundo e de existência, as quais

constituem o imaginário que é permeado de valores e expectativas. Vamos elucidar como, de acordo com esse referencial, a representação é portadora também do poder simbólico que mobiliza e controla a vida social através do ‘dizer’ e do ‘fazer crer’ (RICHTER REIMER, 2008b, p. 43).

Convém lembrar que as narrativas bíblicas decorrem de um longo processo, marcado por escolhas, embates, disputas, predileções e refutações (RICHTER REIMER, 2008b, p. 44). Eles são testemunhos literários que colaboram para materializar, firmar, transmitir ou reler tradições. Elas são narrativas testemunhais que têm em sua origem a vida de comunidades de fé. O texto se revela como uma “representação do acontecido” (RICHTER REIMER, 2008b, p. 47).

Dessa forma, segundo Theissen (*apud* RICHTER REIMER, 2008b, p. 46), “textos são formas específicas de um agir humano; são ações simbólicas que se utilizam de signos polissêmicos e por isto necessitam de interpretação”. Seja o texto ou sua interpretação são marcados por opções, experiências e intencionalidades que emergem e constroem uma maneira de ver o mundo. Assim, dentro da pesquisa sobre a literatura sagrada é relevante o conceito de imaginário social apresentado por Falcon (*apud* RICHTER REIMER, 2008b, p. 50), sendo que “o imaginário social é assim uma força reguladora da vida coletiva que, ao definir lugares e hierarquias, direitos e deveres, constitui um elemento decisivo de controle dessa mesma vida coletiva, aí incluído o exercício do poder”. Nesse viés, para Pesavento (2014, p. 3), o imaginário se configura como um: *[...] sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si dando sentido ao mundo [...]. O imaginário é histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo coesão ou conflito.*

Pesavento (2014, p. 47) também afirma que o imaginário é uma realidade densa que compreende o vivido, o almejado, o sentido, pois:

É composto de um fio terra, que remete às coisas, prosaicas ou não, no cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pensam sobre coisas que, concretamente, não existem. Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho e ambos os lados são construtores do que chamamos de real.

O sociólogo Maffesoli (2001, p. 76) reitera ser o imaginário um “estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade, etc. O imaginário estabelece vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, que não pode ser individual”. E por ser uma ação não-individual, passa a ser um ato político e resistência contra aquilo que desune as pessoas. De certa forma, acaba por unir seculares e religiosos, pois ambos vivem em um mesmo espaço objetivo (mesmo que cada qual em seus respectivos mundos subjetivos e em suas respectivas esferas privadas) e se inter-relacionam na Esfera Pública.

Dessa forma, o conceito de imaginário se apresenta como uma ferramenta significativa para aqueles e aquelas que querem se aproximar da literatura sagrada das diferentes representações religiosas. Uma aproximação que respeita tanto o crente, quanto o não-crente, o religioso e o secular, em seus diálogos com textos considerados sagrados ou outras formas de leituras que, de alguma forma, alimenta os sentidos de cada um. E, mais ainda, busca o entendimento dos processos, trajetórias e implicações que as mais variadas maneiras de se relacionar com estes textos. Tendo em vista a constituição de um processo vivencial sem discriminação, conforme argumenta Cordeiro (2004, p. 31):

Mais do que nunca, num momento em que vários setores religiosos tendem para o dogmatismo, para o fundamentalismo, é importante que os professores de Ensino Religioso trabalhem no sentido de criar em nossas crianças uma nova mentalidade de convivência humana, de respeito às diferenças, sem discriminação de qualquer natureza: sexo, raça, religião, minorias. Dogmatismos e radicalismos em assuntos religiosos não são caminhos de libertação, mas de alienação e escravização de consciências.

O saber lidar com essa realidade demanda uma relação com a literatura sagrada das religiões que reconheça a capacidade que estes textos têm de construir e justificar práticas e mentalidades para os que aderem as suas respectivas comunidades religiosas. Tal reconhecimento possibilita uma postura respeitosa e dialógica que fomente práticas de respeito e diálogo.

Assim, é plausível a afirmação de que prática de uma leitura não confessional da bíblia pode ser um espaço de construção/reforço de um sentido religioso que dialogue com a ou na pluralidade. Na abordagem do patrimônio dos religiosos, das várias tradições espirituais, crianças, adolescentes, jovens e adultos podem reconhecer o que o diferente agrega para a sociedade. Para tanto, a literatura sagrada das religiões pode ser um caminho de aproximação do legado ético de uma tradição religiosa.

Nesse sentido, as ciências das religiões ou ciência das religiões, tendo em vista o Ensino Religioso como ferramenta de pesquisa e aplicação prática da multipli-

cidade da dimensão religiosa, se apresentam como instrumental necessário para abordar diferentes textos sagrados em uma perspectiva não confessional, na perspectiva de uma ação política conciliadora e voltada para a construção intersubjetiva da paz.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Com base no que foi apresentado acima, percebe-se que religião tem íntima relação com o cotidiano simbólico (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 21-2)¹², vivencial e político na vida humana. Tomando por referências investigações exegéticas, hermenêuticas e filosóficas na ciência das religiões ou nas ciências das religiões, este artigo intenta apresentar como diferentes perspectivas científicas podem colaborar na compreensão do fenômeno religioso. Buscou também investigar como o ensino religioso pode contribuir para uma prática educacional não confessional e como a leitura bíblica pode fomentar a postura ética. Todo este processo se dá para além da perspectiva dogmática, onde a bíblia é lida como parte do patrimônio histórico-cultural e fonte de práticas, posturas dialogais e visões de mundo que possibilite a paz entre as pessoas.

Ao mesmo tempo, a intenção foi mostrar que é possível pensar a atuação do Estado como entidade mediadora e promotora da paz entre as entre seus consorciados. Nesse viés, não à toa, por ser uma questão complexa, não é possível omitir que a religião, por ser congênere ao ethos e a constituição de um povo, sobretudo nas sociedades modernas, traz consigo o debate sobre o papel do Estado como mediador e parte na relação entre seculares e religiosos. Ao levar em conta esse aspecto, o Estado é quem “cuida” de boa parte da formação de seus consorciados, nesse caso, seus cidadãos. Dessa forma, estabelecendo políticas públicas que abram espaços de diálogos e respeito mútuo na esfera pública.

Viu-se como o imaginário social está impregnado de simbolismo e rituais que recorrem à religião seu papel de portadora de sentidos e até mesmo unificação daquilo que normalmente não se encaixariam sem sua geniosa mediação, sobretudo, vale dizer, entre o sentido da vida e da pós-vida. Ainda nessa perspectiva, o que antes estava apenas no seio da teologia, passa a ser uma questão investigada pelos filósofos, sociólogos, historiadores, antropólogos e cientistas sociais em geral.

Este artigo defende maior aprofundamento nesses aspectos que aqui foram conduzidos de forma breve e paralela, mas basilar para o que pretende ser a ciência das religiões como ferramenta para o estudo e leitura bíblica não confessional. Ao mesmo tempo, defender o papel do Estado na condução de bases normativas comuns entre seculares e religiosos. Assim, é preciso reforçar que a questão que se imprime é abrir caminhos para a busca pela tolerância e o melhor con-

vívio entre as pessoas, sendo, também, esse ato um movimento de resistência, luta e busca pela paz entre as pessoas em tempo no qual o horizonte teima mostrar o contrário.

CONTRIBUTIONS OF RELIGIOUS SCIENCES AND NON-CONFESSIONAL BIBLE READING TOWARDS EDUCATION FOR PEACE

Abstract: *in this article we will discuss the tolerance between secular and religious people in the Public Sphere and non-denominational biblical literature as a tool for daily practice in the search for tolerance. We start from the understanding of the Sciences of Religions and non-denominational biblical reading as a positive practice to overcome violence and search for tolerance between secular and religious citizens. In this way, with the State as the protective agent of its consortium members in the common Public Sphere, it is expected, therefore, to introduce ways and proposals for the practice of the democratic spirit and for the search of relations that enable rational debate and good relationship between people.*

Keywords: *Secular People. Religious People. Tolerance. Education for the Peace.*

Notas

- 1 Para o organizador desse livro, as diferentes denominações acerca da melhor definição dessa disciplina não excluem sua importância e riqueza de uma pluralidade de instrumentos sobre o aspecto da religiosidade humana e as diferentes religiões.
- 2 Como é possível notar, a definição da melhor nomenclatura para nomear uma ciência multidisciplinar que quer ter a religião como um estudo, um campo fenomenal, ainda está a caminho. Não entraremos nessa seara. Para isso, usaremos, sempre que possível, o termo “ciência das religiões” ao longo desse artigo.
- 3 Cf. Freud (2015), para quem já nascemos em uma cultura prenhe de religiosidade e costumes. Embora Freud alegue em seu livro que sua intensão não seja descrever o fenômeno religioso sob o olhar da psicanálise, ele admite que a fonte da crença esteja em um tipo de paternidade mal resolvida. Dessa forma, ele acredita que a busca por uma força divina é, no fim, a busca por proteção paterna, “contra as consequências de sua debilidade humana”.
- 4 Immanuel Kant, filósofo alemão, escreveu três famosos livros que marcaram seu posicionamento no pensamento moderno: *Crítica da Razão Pura* (1781), *Crítica da Razão Prática* (1788) e *Crítica do Julgamento ou Juízo* (1790). Veja sobre esse ponto em Habermas (2000, p. 28).
- 5 Cf. Habermas (2000, p. 5). O termo secular aqui é abordado por Habermas aos moldes weberiano. Ou seja, são aqueles que não têm mais o divino como horizonte para a vida cotidiana, mas que, de alguma forma ou de outra, não se sentem incomodados pelos religiosos, desde que não sejam “importunados” por eles.
- 6 Cf. Habermas (2007, p. 39-40). A proposta habermasiana aponta que nas relações entre relações de pessoas na esfera pública os debates devem ser passados por uma linguagem acessível a todos, para que os diferentes anseios possam ser entendidos, debatidos e acordados em comum.

- 7 Cf. Habermas (2007, p. 48-54). Habermas trata do debate entre secular e religioso como uma questão pós-secular. Ou seja, os religiosos aceitam que na pluralidade da vida há quem não se utilize da religião como uma espécie de guia para a vida. De outra parte, os seculares passam a adotar uma postura mais otimista em relação aos religiosos, qual seja, a de que é possível reconhecer os valores dos discursos religiosos sem que com isso tenham que se converter a uma determinada fé.
- 8 Para os autores, a religião tem a arte de produzir sentidos e dar significados à vida das pessoas.

Referências

- ARMSTRONG, K. A Bíblia: uma biografia. Tradução: Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19475.htm. Acesso em: 10 jan. 2019, 8:00.
- CAMURÇA, Marcelo. Ciências Sociais e Ciências da Religião: polêmicas e interlocuções. São Paulo: Paulinas, 2008.
- CORDEIRO, Darcy. A evolução dos paradigmas e o Ensino Religioso. In: SILVA, Valmor da (org.). Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídio para a formação de professores. V. 1. São Paulo: Paulus, 2004. p. 9-34.
- CORDEIRO, Jaime. Didática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- FERREIRA, Herberth Gomes. A Ética kantiana: diferentes leituras do bem supremo e seu legado para a contemporaneidade. Revista Unitas, Vitória, v. 3, n. 2, p. 75-88, 2015. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas/article/view/271>. Acesso em: 15 jan. 2019, 10:01.
- FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. As ciências das religiões. Tradução: José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.
- FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. Tradução: Renato Zwick. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- HABERMAS, Jürgen. Dialética e Hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer. Tradução: Álvaro L. M. Valls. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições. Tradução: Luiz Sérgio Repa; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. Entre Naturalismo e Religião: estudos filosóficos. Tradução: Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- KÜNG, Hans. Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. Tradução: Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 1993.

- LOCKE, John. Carta sobre a tolerância. Tradução: João da Silva Gama. Revisão de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1965.
- MAFFESOLI, Michel. O Imaginário é uma realidade. Revista Famecos, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, 2001. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3123/2395> . Acesso em: 15 jan. 2019, 10:05.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. A natureza. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer: Imaginário de sentido que falam do passado. In: II SEAD: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO. 2005. Anais... Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/MESAS-REDONDAS/SandraJatahy.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019, 11:08.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy História e história cultural. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- RICHTER REIMER, Ivoni. Sobre jaulas e janelas para a divindade: uma apresentação. In: RICHTER REIMER, Ivoni (org.). Imaginários da Divindade. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: Ed. da UCG, 2008a.
- RICHTER REIMER, Ivoni. Milagre das mãos: curas e exorcismos de Jesus em seu contexto histórico-cultural. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: Ed. da UCG, 2008b.
- RICHTER REIMER, Ivoni. Textos do Novo Testamento como fonte para estudos da história. In: MARCHINI Neto, Dirceu; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (orgs.). Idade Média: entre a história e a historiográfica. Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2012. p. 235-252.
- SILVA, Valmor da. Bíblia e cidadania. Disponível em: http://www.geocities.ws/rebi-lac_coordcont/bec.html. Acesso em: 15 jan. 2019, 10:05.
- SILVA, Valmor da. As religiões e os seus textos sagrados. In: LAGO, Lorenzo; REIMER, Haroldo (orgs.). O sagrado e as construções de mundo: roteiro para aulas de introdução à teologia na universidade. Goiânia: Ed. da UCG; Brasília: Universa, 2004a. p. 97-110.
- SILVA, Valmor da. Bíblias e livros sagrados. In: SILVA, Valmor da (Org.). Ensino Religioso: educação centrada na vida - subsídio para a formação de professores. São Paulo: Paulus, 2004b. p. 87-101.
- SILVA, Valmor da. Bíblia e diálogo inter-religioso. In: MAZZAROLO, Isidoro; FERNANDES, Leonardo Agostini; LIMA, Maria de Lourdes Corrêa (orgs.). Exegese, teologia e pastoral: relações, tensões e desafios. Rio de Janeiro: PUC Rio; Santo André: Academia Cristã, 2015a. p. 489-507.
- SILVA, Valmor da. Religiões e preocupação com a vida. In: RICHTER REIMER, Ivoni (org.). Por amor à vida! Crenças, resistências e conquistas na Bíblia e na atualidade. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015b. p. 203-215.
- SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). História no plural. Brasília: Ed da UnB, 1994. p. 43-67.

TOLEDO, Joilson de Souza. “O Meu desejo é a vida do meu povo” (Est 7,3): Os jovens da Bíblia provocando subjetividades e autonomias na trajetória da Pastoral da Juventude. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 25-36, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4672/2619>. Acesso em: 10 jan. 2019, 10:11.

USARSKI, Frank (org). *O espectro disciplinar da ciência da religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.